

Conclusão da parte I

Procurei, nesta primeira parte da tese, fazer uma exposição sobre os temas mais importantes, tanto no que concerne à trajetória pessoal de santo Agostinho, situada dentro do contexto histórico e eclesial da África nos séculos IV e V d.C., como também no que concerne às bases do pensamento agostiniano sobre a questão da liberdade.

Assim, o capítulo 1 foi estruturado em dois grandes blocos. No primeiro foram assinaladas as experiências mais marcantes na vida pessoal de Agostinho (a formação familiar, as influências do maniqueísmo e do neoplatonismo e de santo Ambrósio, bem como os debates de Agostinho com o donatismo e o pelagianismo). No segundo bloco temático foram apresentados os fundamentos do ensino de santo Agostinho sobre a liberdade. Receberam destaque os seguintes temas: a concepção da liberdade como busca da verdade e também como adequação do ser humano à ordem natural criada por Deus; a visão do ser humano como alguém composto de uma estrutura interior dotada de mente e razão, com a qual, mediante o livre arbítrio, o ser humano realiza suas livres escolhas; a necessidade da ação da graça divina para libertar o livre arbítrio do pecado, ajudando o ser humano a superar o domínio das paixões, etc.

Creio que estes temas expressam os pontos fundamentais da concepção agostiniana sobre a liberdade. Eles ajudam a perceber que, por um lado Agostinho concebe a liberdade como elemento constitutivo da própria natureza humana, como dom dado por Deus. No entanto, por outro lado, esse dom natural da liberdade é exercitado pelo livre arbítrio, mediante o qual o ser humano mobiliza sua própria vontade pessoal, estimulado pela graça. Nesse contexto, é que o ser humano tem a possibilidade de assumir uma condição de vida mais de acordo com o projeto salvífico proposto por Deus, fazendo, no bojo desse mesmo processo, uma experiência mais profunda da liberdade.

Foi então, partindo destes temas básicos da vida pessoal e do pensamento de Agostinho que, no capítulo 2, procurei apresentar o modo como a graça interage com o ser humano, formando e aprofundando a própria vivência da liberdade. Neste ponto foi interessante notar que Agostinho se esforça para mostrar, que a graça divina age sem violar nem anular a livre iniciativa do ser humano mediante o livre arbítrio. Antes ao contrário, tanto mais livre se torna o

arbítrio humano quanto mais amparado ele estiver na graça divina. Essa perspectiva de abordagem partiu da constatação de que os efeitos perversos do pecado atingiram a todos os seres humanos. Daí derivou a conclusão de que todos somos necessitados da graça de Deus. Sem ela nenhum ser humano consegue ter seu livre arbítrio libertado do pecado. Foi por isso que santo Agostinho indicou as ações pelas quais a graça divina liberta o ser humano. Daí os temas indicados no capítulo 2: a renovação interior do ser humano mediante a ação do Espírito Santo; a importância de mostrar que a primazia absoluta da graça não representa uma anulação do livre arbítrio; em consonância com isso, a idéia de que essa renovação interior suscita um livre arbítrio livre para agir pelo amor, numa liberdade ativa pela práxis da justiça, etc. Tudo isso configura a experiência da liberdade como processo em que a graça divina interage com a livre iniciativa humana, num dinamismo de libertação do livre arbítrio em vista da superação do pecado, mas de tal modo que a resposta humana à ação divina fica preservada.

Uma vez caracterizada esta concepção agostiniana da liberdade, passo agora para a segunda parte da tese, na qual será analisada a obra de Juan Luis Segundo.